

Lei Eleitoral? É um assunto para o Congresso.

O governo federal não toca na questão, por divergências entre PMDB e PFL.

O governo federal decidiu, durante reunião do Conselho Político realizada ontem no Palácio do Planalto, não interferir na elaboração da nova Lei Eleitoral, que irá disciplinar os pleitos para governadores, deputados, senadores, prefeitos e vereadores em 15 de novembro próximo. Será esta uma tarefa exclusiva do Congresso Nacional, cujo calendário de votação prevê para até o final de abril uma definição a respeito do assunto.

A decisão foi tomada pelo presidente José Sarney, segundo informaram os participantes do Conselho Político, em função das posições divergentes dos partidos que formam a Aliança Democrática em torno de pontos importantes da lei. Por exemplo, a sublegenda e a candidatura nata encontram adeptos no PFL e radical oposição no PMDB. Em determinado momento da reunião, o senador Alfredo Campos (PMDB-MG), que ingressou no Senado ocupando o lugar deixado por Tancredo Neves, informou a Sarney a existência de apenas "uma minoria" na bancada de seu partido, consultada a respeito, contrária ao fim da sublegenda e da candidatura nata.

A avaliação do PFL foi outra — o partido apóia a manutenção desses dois institutos — mas segundo o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), o presidente Sarney permaneceu numa posição de expectativa, recomendando o retorno do assunto às bases



A reunião do Conselho Político

políticas do Congresso para uma outra avaliação. Para Chiarelli, o governo busca um consenso para que a nova Lei Eleitoral fique pronta até no máximo nos primeiros dez dias de maio, dada a proximidade das eleições.

Também ficaram pendentes decisões a respeito dos dois turnos para eleição de governador (que o PMDB defende e o PFL é contra), da regulamentação, da propaganda eleitoral e divulgação de pesquisas de opinião pública nos períodos de campanha. "É uma tradição do Congresso decidir em cima de assuntos desta natureza e o presidente,

como homem político, não hesita em manter a prerrogativa", afirmou Alfredo Campos.

Abuso econômico

O senador Carlos Chiarelli informou, ao final da reunião, que o presidente José Sarney está determinado a acabar com as práticas de abuso de poder econômico durante o processo eleitoral. Nesse ponto, será iniciativa do Executivo, através do Ministério da Justiça, e não do Legislativo, a elaboração de um projeto de lei fixando normas coibitivas. "O presidente está consciente de que é preciso acabar de uma vez por todas com essa prática, cortando o mal pela raiz".

Os líderes presentes à reunião — senadores Carlos Chiarelli e Alfredo Campos pelo PFL e PMDB respectivamente, os deputados José Lourenço e Pimenta da Veiga, representando também respectivamente as lideranças do PFL e PMDB na Câmara, além dos ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, e Paulo Brossard, da Justiça — igualmente concordaram quanto à prioridade da regulamentação do Decreto nº 2.284, que dispõe sobre a reforma econômica. Eles informaram ao presidente da República ser uma unanimidade nas duas Casas que nenhum assunto polêmico seja votado enquanto o pacote não for regulamentado, e até fixaram um prazo máximo para que isso ocorra — 15 de abril.

Bartolomeu Rodrigues